



O ECONOMISTA

Publicação do Conselho Regional de Economia 7ª Região / CORECON - SC

Edição comemorativa - XVI CBE

É hora de colher os frutos...



Foi um sucesso! A expressão de contentamento estampada nos rostos dos participantes do XVI Congresso Brasileiro de Economistas reafirmava a qualidade do evento que encerrou no dia 07 de outubro, sexta-feira, com a 581ª Sessão Plenária do COFECON.

Durante os quatro dias em que o Congresso foi realizado, os mais de 1200 participantes puderam participar dos grandes painéis e palestras de alto nível, proferidas por profissionais de peso do cenário econômico nacional, bem como mini-cursos e apresentações de trabalhos científicos que discutiram temas como Reforma Tributária; O Papel das Finanças Públicas no Crescimento Econômico Brasileiro; Mudanças nas Diretrizes Curriculares; Financiamento e Infra-Estrutura Econômica; dentre outros.

A sessão solene de abertura (noite de terça-feira, 04/10) foi prestigiada por diversas autoridades, dentre elas, o vice-presidente da República, José Alencar; o governador do Estado de Santa Catarina, Luis Henrique da Silveira;

o presidente do tribunal de contas, Otávio Gilson dos Santos e o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Lúcio José Botelho que presenciaram o discurso do presidente do COFECON, Sidney Pascountto que pôs de pé todos os presentes no auditório do Centro de Cultura e Eventos da UFSC. Nos dias que sucederam o evento, economistas de renome como João Sicsú, Fernando Pedrão, Leda Maria Paulani, Wilson Cano, Paulo Nogueira Batista Júnior, Rosa Maria Marques, Cristóvão Buarque e Gustavo Loyola se revezaram na apresentação de painéis e palestras.

Superando todas as expectativas dos organizadores do evento, o XVI CBE teve participação recorde com profissionais e alunos de economia de todo o país, com destaques para a delegação do Pará e de outros estados do Norte e Nordeste, além da presença da delegação do nosso vizinho Paraguai fazendo com que material extra fosse providenciado a fim de atender a todos.

Ainda, durante o encontro, o ex-conselheiro do COFECON, o Econ. João Paulo de Almeida Magalhães foi homenageado com a medalha Personalidade Econômica do Ano e também foi entregue o XII Prêmio Brasil de Economia que tem por objetivo incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira.



Índice

pág.

É hora de colher os frutos... 01

Palavra do Presidente 02

Aconteceu no Congresso 02

Economia precisa ser pensada a longo prazo, dizem economistas - Carta de Florianópolis 03

Diretrizes Curriculares 04

Economista, exerça seu direito de voto! 04

Promovido pelo COFECON e realizado pelo Conselho Regional de Santa Catarina (CORECON/SC), Sindicato dos Economistas e Ordem dos Economistas de Santa Catarina, o XVI CBE foi avaliado de forma extremamente positiva pelo presidente do CORECON/SC, Pedro Moreira Filho e pelo conselheiro efetivo do COFECON por Santa Catarina, Nelson Castello Branco Nappi que ressaltam a importância da Carta de Florianópolis (ver pág. 03), documento redigido ao final do Congresso por uma comissão composta pelos economistas Marco Antônio Sandoval e Ronaldo Rangel (conselheiros efetivos do COFECON), além dos economistas Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães e Dércio Garcia Munhoz.



Palavra do Presidente



Prezados economistas,

O XVI Congresso Brasileiro de Economistas realizado pela primeira vez em Santa Catarina no período de 04 à 07 do corrente mês, foi sucesso absoluto de público, organização e temática, conforme a avaliação dos participantes, da imprensa escrita, falada e televisionada e, dos membros do sistema COFECON/CORECON.

Planejado a partir de 2003 quando reivindicamos em Brasília/DF sua realização em Florianópolis, trabalhamos incansavelmente através das diversas comissões de nível federal e regional, tivemos a participação intensa de conselheiros e funcionários do CORECON/SC para realizar um congresso que ficasse a altura da economia e dos economistas de Santa Catarina.

A primeira batalha foi caracterizada pela viabilização econômico-financeira que a partir de um orçamento elaborado em parceria com a empresa Masterprom, contratada para administrar o evento, exigiu de todos um constante empenho, com seguidas visitas aos diversos gabinetes de entidades públicas e privadas em busca

dos recursos necessários para viabilizar os compromissos que haveríamos de assumir durante todo o período.

A definição do tema (Políticas Públicas e Desenvolvimento: A armadilha do endividamento externo e interno) pensado a mais de um ano, teve enfoque atual para o debate, chamando a atenção dos presentes e da imprensa, para ouvir das autoridades, palestrantes e professores, o “por que” da extensão da dívida pública brasileira, a influência da alta taxa SELIC, o crescimento do superávit primário e o volume dos juros da dívida pública que este ano deverá alcançar R\$ 150 bilhões. Outro ponto alto do congresso foi a sistemática dos debates, com a proposta de dois palestrantes e dois debatedores em forma de ponto e contraponto, onde não prevaleceu uma única visão sobre o tema debatido.

O XVI CBE teve uma participação recorde de 1217 inscrições, com participantes de todos os Conselhos Regionais de Economia do Brasil, da diretoria e conselheiros do COFECON, de estudantes do país e do exterior e, contou ainda com a presença, na sessão solene de abertura, dos Excelentíssimos Senhores José Alencar -Vice-Presidente da República e Luiz Henrique da Silveira - Governador de Santa Catarina, entre outras autoridades.

Estamos conscientes do dever cumprido, todos ganhamos, a cidade, o estado, os economistas de Santa Catarina que souberam recepcionar a todos que aqui conviveram durante a realização do congresso.

Somos um conselho pequeno, mas nosso poder de trabalho e mobilização foi muito grande, por isso agradecemos a todos aqueles que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização deste excelente evento.

Muito obrigado,

Pedro Moreira Filho
Presidente CORECON-SC

Aconteceu no Congresso



Durante o XVI Congresso Brasileiro de Economistas aconteceram alguns eventos que merecem uma atenção especial.

Além das palestras do senador da república e ex-ministro da Educação **Cristóvão Buarque** e do ex-presidente do Banco Central **Gustavo Loyola** destacamos a entrega do **Prêmio Catarinense de Economia** e a assinatura do convênio CORECON/SC BRDE para a realização do **1º Prêmio Catarinense de Desenvolvimento-SC 2005/2006** que objetiva incentivar a investigação e a produção de trabalhos técnico-econômicos.

Para os interessados no prêmio, o regulamento encontra-se disponível no site do Conselho Regional de Economia/SC.



Visite: www.corecon-sc.org.br

Expediente

O ECONOMISTA

Informativo Bimestral do Conselho Regional de Economia / 7ª Região - Santa Catarina

Rua Trajano, 265 12º andar - Centro

CEP: 88.010-010 | Florianópolis/SC

Fone: (48) 3222-1979

Site: www.corecon-sc.org.br

E-mail: contato@corecon-sc.org.br

DIRETORIA

Presidente

Pedro Moreira Filho

Vice- Presidente

Márcio Paulo Ribeiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Antônio Carlos Vieira

Charles Schneider

Hamilton Peluso

Horst Schroeder

Márcio Paulo Ribeiro

Maximo Pôrto Seleme

Nelson Pamplona da Rosa*

Paulo Roberto Polli Lobo

Pedro Moreira Filho

Valery Maineri Konig

CONSELHEIROS SUPLENTE

Alex Onacli Moreira Fabrin

Arlete Arlinda Jochen

Lauro Schmitz

Marcos Felipe

Marcos Moisés Pompílio

Marly Célia Souza de Carvalho

João Rogério Sanson

José Georges Chraim

*licenciado

Conselheiro do COFECON

Nelson Castello Branco Nappi

Redação: Marta Paulina

Impressão: Gráfica Rocha

Fotos: CORECON/SC

Arte e Diagramação

Wmidia - soluções criativas

www.wmidia.com.br (48) 3234-6503

Revisão: Liane Salete

Tiragem: 2.000 exemplares

Alguns artigos foram editados em virtude da diagramação. Para ler os artigos na íntegra, acesse o nosso site.

Economia precisa ser pensada a longo prazo, dizem economistas

Carta de Florianópolis critica a política de juros altos e diz que país deveria estar crescendo 7% ao ano. O XVI Congresso Brasileiro de Economistas encerrou sexta-feira 07 de outubro, pela manhã, na Capital, com o lançamento da **Carta de Florianópolis**, documento que questiona a eficácia da atual política econômica e conclama a população a eleger em 2006 “representantes que tenham projetos de longo prazo para o Brasil, capazes de resgatar a tradição histórica de crescimento acelerado, agora em associação com a redução das desigualdades pessoais e regionais de renda”. O evento registrou público recorde de 1,2 mil congressistas. O próximo encontro nacional dos economistas será em 2007, em Porto Seguro-BA.

Carta de Florianópolis

“Necessidade de uma visão de longo prazo para a economia brasileira”

Em 2005, o Brasil completa 25 anos de semi-estagnação, com sério risco de estar renunciando à sua vocação histórica para o pleno desenvolvimento, decorrente de sua grande população, extenso território, abundância de recursos naturais e capacidade empresarial. O país corre o risco de perder a visão de longo prazo, traduzida em grande projeto nacional de eliminação do seu atraso econômico. A condução e avaliação da política econômica baseiam-se em uma perspectiva estritamente de curto prazo.

Presentemente se afirma que a economia vai bem porque, apesar da crise política, a dívida pública continua sob controle, a inflação está em baixa e as exportações crescem rapidamente. No entanto, estimativas indicam que o país não terá uma taxa média anual de crescimento do PIB no período 2003-2006, superior à taxa média registrada nas duas últimas décadas e meia.

Nem se leva em conta o fato de que o próprio crescimento de nossas vendas externas, usualmente apresentado pelo governo como o principal sucesso de sua política econômica, ocorre principalmente nas “commodities” agrícolas e industriais, segmentos de lento crescimento de longo prazo no mercado mundial e de baixo valor adicionado por trabalhador. E, portanto, o setor exportador, apesar de sua grande importância, é incapaz isoladamente de proporcionar ao país o dinamismo econômico de longo prazo.

Na verdade, para que seja considerada satisfatória a situação da economia brasileira, o país deveria estar crescendo a 7% ao ano, resultado que registrou no passado durante 30 anos. Vale destacar que essa taxa é atualmente igualada ou superada por países em condições inferiores às nossas, em termos de disponibilidade de recursos naturais, população e território.

Os bons resultados das políticas econômicas da Índia e China, países de dimensões continentais como o Brasil, são avaliados em termos de nível médio do incremento do PIB e não somente dos equilíbrios de curto prazo, nas esferas cambial, fiscal e monetária. Estes são considerados em função de sua capacidade de influenciar, positiva ou negativamente, o crescimento do PIB e o processo de desenvolvimento. Na avaliação do resultado da política econômica brasileira, idêntico critério deve ser observado, juntamente com a redução da desigualdade social.

A presente visão “curtoprazista” da política econômica brasileira resulta nas políticas fiscal e monetária fortemente restritivas, com os objetivos de atrair o capital estrangeiro e controlar a inflação. Essas políticas são impeditivas do crescimento acelerado e sustentado da economia brasileira, ressaltando-se especialmente a nocividade dos altos juros vigentes.

Os debates e análises ocorridos no XVI Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em Florianópolis, concluíram pela urgente necessidade de recuperar a visão de longo prazo na formulação e implementação de políticas econômicas para o país. Esse fato vem sendo reconhecido em recentes trabalhos individuais e coletivos recém-publicados, que apontam os meios e modos de recolocar o país em uma trajetória de crescimento acelerado. No mesmo sentido, instituições especializadas, inclusive o próprio Sistema COFECON/CORECONS, vêm explorando as condições e instrumentos a serem utilizados em políticas de longo prazo para o Brasil.

Os economistas estão cumprindo sua missão. No entanto, para que os resultados pretendidos sejam alcançados, é indispensável que suas propostas e sugestões sejam apoiadas pelo Poder Público. Nesse contexto, as eleições de 2006 se revestem de grande importância. É fundamental que, no exercício de sua cidadania, os eleitores brasileiros escolham representantes que tenham propostas de projetos de longo prazo para o Brasil, capazes de resgatar nossa tradição histórica de crescimento acelerado, agora em associação com a redução das desigualdades pessoais e regionais de renda.

Florianópolis, 8 de Outubro de 2005.

XVI Congresso Brasileiro de Economistas

Diretrizes Curriculares

Currículo, em sentido restrito, pode ser definido como o “conjunto das matérias de um curso escolar”. A primeira vista parece muito simples, o que não justificaria tantos anos de discussões e lutas empreendidos. Mas quando se faz uma leitura mais minuciosa da questão, observa-se que essa luta não se resume na definição específica de algumas matérias com seus respectivos conteúdos. Está na pauta a preocupação com a formação acadêmica que se visualiza como ideal para o economista, e isto não se limita a mera transferência de conteúdos e informações, pois esta é de fácil acesso, considerando as novas tecnologias utilizadas para este fim.

A transformação da idéia em ação, registrada em forma de proposta e agora aprovada pelo CNE, exigiu muito trabalho e seriedade. Para assumir esta mudança, é necessário competência, responsabilidade e compromisso com tudo aquilo que se buscou quando se definiram as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Economia.

O esforço despendido para melhorar a condição desta formação, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a convergência de opções para as áreas de formação do curso. Amplia-se desta maneira a definição restrita de currículo, o que por sua vez, define parâmetros de atuação, independente das características regionais deste imenso país.

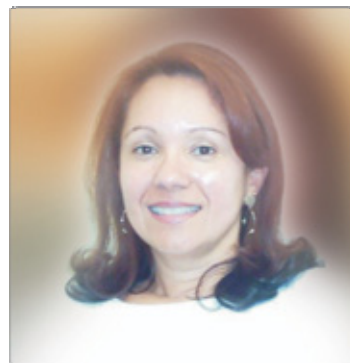
A implementação de disciplinas integralizadoras dentro deste enfoque multidisciplinar permite melhorar as condições de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a flexibilização tão discutida e já prevista na Resolução CFE 11, de 26/6/84.

A preocupação com as transformações ocorridas no cenário sócio-econômico e político, contempladas nos debates que nortearam a elaboração das Diretrizes Curriculares, deve ser considerada pelas Instituições de Ensino Superior - IES vinculando seus conteúdos aos problemas reais, visando à formação teórico-prática dos indivíduos, garantindo com as reformas curriculares, o padrão de qualidade que se espera nesse nível de formação.

A expectativa criada em torno do assunto enquanto proposta a ser aprovada, só cresce agora com a sua aprovação no CNE. Se, ficam definidos os parâmetros de atuação, o desafio está na implementação e adequação a esse novo momento. As dúvidas serão muitas e um desafio se configura no “horizonte” do ensino de Economia no Brasil.

Porém, neste momento, com um norte definido, o êxito será alcançado pela aplicação gradual desta reforma proposta, assim que for homologada. E mais uma vez, as entidades representativas são chamadas a participar efetivamente do debate, apresentando soluções de curto prazo que facilitem essa implementação, permitindo que finalmente se alcancem os benefícios e a qualidade nos cursos de graduação, almejados por todas as IES.

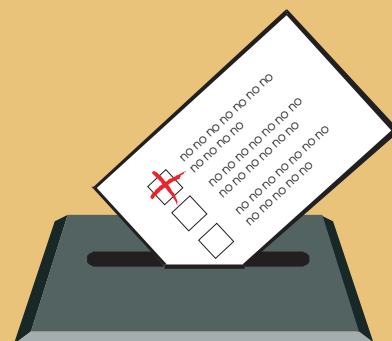
Econ. Marly Célia Souza de Carvalho
Professora FURB



Economista, exerça seu direito de voto!

O Conselho Regional de Economia 7ª Região/SC vem a público comunicar que estará realizando no dia 25 de outubro de 2005, até às 17:00 horas, em sua sede, as eleições para renovação do Segundo Terço dos membros deste Conselho, Presidente, Vice-Presidente, bem como de Delegado-Eleitor junto ao Colégio Eleitoral do COFECON, com mandato para o período de 2006 a 2008. Terão direito de voto os economistas que estiverem em dia com o pagamento de suas obrigações perante o Órgão, os demais só poderão votar com a regularização dos débitos pendentes.

Confira as chapas concorrentes a esta eleição e vote consciente:



CHAPA 1 – VALORIZAÇÃO DO ECONOMISTA		CHAPA 2 – RENOVAR E INTEGRAR	
Presidente PEDRO MOREIRA FILHO	Vice-Presidente VALERY MAINERI KÖNIG	Presidente JOÃO RANDOLFO PONTES	Vice-Presidente PEDRO VITALI
Conselheiros Efetivos JOÃO ROGÉRIO SANSON MAXIMO PÔRTO SELEME VALERY MAINERI KÖNIG	Conselheiros Suplentes RAFAEL COSTA DA SILVA ROSE IRENE SOUZA NEVES RALF MARCOS EHMKE	Conselheiros Efetivos ADRIANO LIMA MEDEIROS JOÃO RANDOLFO PONTES PEDRO VITALI	Conselheiros Suplentes ANTÔNIO JOSE DE CARVALHO ADIR ALCIDES DE OLIVEIRA JOÃO JOSÉ LUZ LOSSO
Delegado Eleitor Titular PAULO ROBERTO POLLI LOBO	Delegado Eleitor Suplente MARLY CÉLIA S. DE CARVALHO	Delegado Eleitor Titular RICARDO BAYER BATTISTOTTI	Delegado Eleitor Suplente CARLOS TRAMONTIN